

MODELO DE MANDADO DE SEGURANÇA – 2ª fase OAB¹

Constitucional | Administrativo | Tributário

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ FEDERAL DA __ VARA CÍVEL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL [competência estabelecida em função da pessoa da autoridade coatora]

[espaço de 5 linhas]

IMPETRANTE, nacionalidade..., , estado civil..., servidor público federal..., portador do inscrito no CPF sob n. ..., com endereço eletrônico... domiciliado e residente em ..., vem, por seu advogado (instrumento de mandato acostado – doc. 1), tempestivamente², impetrar MANDADO DE SEGURANÇA com pedido de LIMINAR, com fundamento no artigo 5º, LXIX, da Constituição da República e artigo 1º da Lei 12.016/09, contra ato do Sr. SECRETARIO DA RECEIA FEDERAL DO BRASIL, lotado em Brasília, vinculado à UNIÃO³, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n..., endereço eletrônico..., pelos motivos de fato e de Direito a seguir expostos.

I DO ATO COATOR

O Impetrante, ...

[narrar o problema e o ato praticado pela autoridade – ou ameaça].

No entanto, como será demonstrado a seguir, tem cabimento o presente mandado de segurança para afastar ato de lesão a direito líquido e certo do Impetrante.

¹ Modelo publicado no livro Prática Processual no Novo CPC, Editora RT – atualizado em abril 2018 para publicação isolada em www.darlanbarroso.com.br | direito reservados.

² Prazo de 120 dias para o MS repressivo – artigo 23 da Lei 12.016/09

³ Art. 6º da Lei do MS determina que o impetrante deve indicar a autoridade coatora e a pessoa jurídica a qual está vinculada.

II DO CABIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA

O mandado de segurança tem cabimento, nos termos do inciso LXIX, do artigo 5º, da Constituição da República, como verdadeiro remédio constitucional para afastar ato de autoridade, capaz de causar lesão ou ameaça, a direito líquido e certo não amparado por outra garantia.

No presente caso, a Autoridade Impetrada está causando ato de lesão a direito líquido e certo do Impetrante.

[justificar os requisitos legais]

Além disso, a ação está sendo impetrada dentro do prazo legal, de 120 dias, previsto no artigo 23, da Lei 12.016/09 [requisito apenas aplicável ao MC repressivo].

[**Atenção:** caso seja mandado de segurança coletivo, neste capítulo, também sugerimos haver justificativa quanto à legitimidade ativa do Impetrante – art 5º, LXIX da CF e artigo 21 da Lei do MS, bem como da natureza do bem jurídico posto em juízo – direito coletivo ou individual homogêneo, nos termos do artigo 21, parágrafo único, da Lei 12.016/09]⁴.

Portanto, tem cabimento a presente ação de mandado de segurança.

III DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO

A ação versa sobre [assunto].

O ato da Autoridade caracteriza violação a direito líquido e certo do Impetrante, uma vez que ...

⁴ Caso seja mandado de segurança coletivo, o direito líquido e certo não pertence ao impetrante, mas sim aos “substituídos pelo Impetrante”.

[teses]

Inferre-se, assim, que o ato praticado pela Autoridade Impetrada é ilegal e viola direito líquido e certo do Impetrante.

IV DO CABIMENTO DA LIMINAR

O presente caso exige a concessão de tutela de urgência.

O artigo 7º, III, da Lei 12.016/09 autoriza o juiz, ao despachar a inicial, suspender liminarmente o ato coator quando houver fundamento relevante e perigo de ineficácia da medida.

Como ficou amplamente demonstrado, o ato coator viola direito líquido e certo do Impetrante, já que [ressaltar a tese do direito líquido e certo], sendo fundamento relevante para a concessão da medida e urgência. Está presente o requisito do “fumus boni iures” capaz de trazer, em sede de cognição sumária, uma forte aparência do direito do Impetrante.

Por outro lado, caso não seja concedida a liminar, o Impetrante sofrerá dano grave, já que [narrar as situações fáticas de perigo].

Assim, presentes os requisitos para a concessão de liminar no *mandamus* para que o Impetrante seja imediatamente reintegrado no cargo.

V DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Desde logo, requer a Vossa Excelência a concessão de liminar para reintegração do Impetrante ao cargo, sendo a Autoridade Impetrada intimada para o cumprimento da medida.

Por todo o exposto, requer a Vossa Excelência a procedência do pedido e concessão da segurança para afastar o ato coator no sentido de [especificar os efeitos desejados para a expedição da ordem].

Requer, ainda, a **notificação** da Autoridade Impetrada (art. 7º, I, da Lei 12.016/09), para que, no prazo legal, preste suas informações.

Requer, também, que se dê ciência ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica a qual está vinculada a Autoridade Impetrada (art. 7º, II, da Lei 12.016/09).

Por fim, nos termos do artigo 12, da Lei 12.016/09, requer seja ouvido o representante do Ministério Público.

[se for o caso, requerer exibição de documento – art. 6º, § 1º, LMS].

Informa, que a petição inicial está sendo instruída com 2 vias (art. 6º da LMS).

Dá à causa o valor de R\$... (valor da causa).

Termos em que,

pede deferimento.

Local e data.

Advogado...

OAB...

Modelo de petição sugerido no livro Prática Processual no Novo CPC – Editora RT.